

MOVIMENTOS SOCIAIS E CAPACIDADE ESTATAL NA INTERATIVIDADE ENTRE O MOVIMENTO LGBT E POLÍTICA PÚBLICA

Bruno Quintão de Souza

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo:

O objeto central desta pesquisa é apresentar, em um desenvolvimento temporal, como o Movimento LGBT no estado do Espírito Santo tem afetado as políticas públicas, influenciando na capacidade estatal de operar o setor de política. De forma específica, pretendo mapear as interações entre as organizações que fazem parte do movimento e o Estado, seus repertórios de ação e interação, formas de organização e a capacidade de receptividade ou permeabilidade do Estado mediante estes grupos. Esta pesquisa visa contribuir para a visibilidade de oportunidades políticas em uma agenda combinada dentro da esfera estadual, tendo como referente empírico o Movimento LGBT e sua atuação junto a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e Gênero da Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Nestes dois ambientes, necessito verificar a formação de redes a qual proporcionou o posicionamento do movimento de forma a afetar a capacidade estatal em criar política pública, revelando as formas de ação desenvolvidas por grupos ou indivíduos do movimento face a recepção negativa ou positiva do Estado, e se é possível influenciar o Estado fora de um arcabouço de oportunidades políticas.

Palavras-chave: Movimentos sociais; LGBT; Efeitos políticos dos movimentos.

Abstract:

The central object of this research is to present, in a temporal development, how the LGBT movement in the state of Espírito Santo has affected public policies, influencing the State's ability to operate policies. Specifically, I intend to map the interactions between the organizations that are part of the movement and the State repertoires of action and interaction, forms of Organization and the capacity of responsiveness or permeability. This research aims to contribute with the visibility of political opportunities in a combined agenda within the State, having as an empirical reference the LGBT movement and its involvement with the State Human rights coordination of policies for the Sexual diversity and gender. In these two environments, I will verify the formation of networks, which has provided the positioning of the movement in order to affect the State capacity in creating public policy. I want to reveal the forms of action developed by groups or individuals of the movement in the face of negative or positive reception of the state, and if it is possible to influence the state outside a framework of political opportunities.

Keywords: social movements; LGBT; Political effects of movements.

Introdução

O objeto central desta pesquisa é apresentar como o Estado no Espírito Santo tem interagido com o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT), definindo sua capacidade estatal através da integração da formação do movimento dentro do Estado. De forma específica, pretendo analisar os efeitos da interação Movimento e Estado na política pública de direitos humanos, seus repertórios de ação e interação, formas de organização e

a capacidade de receptividade do Estado. Esta pesquisa visa contribuir para o entendimento da relação entre as oportunidades políticas existentes dentro da esfera estadual junto ao Movimento LGBT, através da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e Gênero da Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH), e outras associações da sociedade civil que fazem ponte entre o Estado e seus membros. Nestes dois ambientes, necessito investigar os efeitos políticos produzidos pelo movimento LGBT na política pública de direitos humanos. Especificamente examinar sua incidência na construção de capacidades estatais relativa a implementação da política de direitos humanos no Espírito Santo, revelando as formas de ação desenvolvidas por grupos ou indivíduos do movimento face a recepção negativa ou positiva do Estado, e se é possível influenciar o Estado fora de sua estrutura de oportunidades políticas.

É importante enfatizar que esta análise procura desenvolver uma análise na qual possa correlacionar o movimento como parte de uma rede de influências sobre a agenda pública, seja através de seus grupos ou de seus componentes, no qual trabalha em conjunto com o Estado. Para apresentar esta relação entre movimento e Estado, será necessário apresentar variáveis iniciais que possam definir os dados qualitativos necessários em um processo temporal. Estas variáveis devem ser correlacionadas tanto com o movimento LGBT quanto ao Estado, e esta busca é uma das maiores dificuldades dentro de uma pesquisa com o tema LGBT. Isso porque, apesar de haver significativos avanços dentro da literatura de movimentos sociais em especial pela maior abertura dos estudos à incorporação do Estado, resta desafiante compreender a temática no contexto após a Constituição de 1988 marcado pela inserção da sociedade civil em formas de interação com Estado.

Assim, a abordagem analítica deve ser aquela voltada a apresentar esta relação entre movimento social e Estado, e para tal ação a proposta de Amenta, Caren, Chiarello e Yang-Su em “*The political consequences of social movements*” (AMENTA et al., 2010) é um modelo pertinente, especificando problemas específicos dos estudos das consequências políticas do movimento como (1) o que significa influência para *challengers*¹ que são orientados para mudança política; (2) se movimentos estão sendo influenciáveis no geral; e

¹ O termo *challenger* se refere àquele que advoga um objetivo em nome de alguém. O termo é caracterizado na obra *Contentious Politics* de Tilly e Tarrow (2007). As traduções definem o termo como desafiadores, contenciosos, entre outros, porém neste trabalho será mantido o termo em inglês de forma a manter seu entendimento original.

(3) as hipóteses de caminhos de influência para *challengers*, indo além do parâmetro determinado das mobilizações para direcionar abordagens políticas que confrontam aspectos específicos de atores políticos, estruturas e processos, e sua incorporação em argumentos multicausais. Assim demonstram os; (4) problemas distintos da metodologia que surge na tentativa de fornecer suporte às afirmações teóricas sobre as consequências políticas dos movimentos. Também usarei as ideias de bens coletivos e novos benefícios, advindos da sociologia política, sendo estes bens coletivos resultado de um foco intermediário das ações coletivas aonde benefícios continuam a fluir de Estados para grupos até que se tenha um limite. Para avaliar este impacto, *challengers* dividem o processo de criação legal que tenham benefícios coletivos em (a) formação de agenda, (b) conteúdo legislativo, (c) passagem e (d) implementação da política. Estados democráticos geralmente reconhecem os *challengers* e as conexões podem ser diretas e rígidas se há formação partidária deste movimento. A questão é entender o quanto o movimento importa politicamente, porque esta é uma das chaves de estudo para movimentos sociais.

Efeitos do Movimento

Quando abordamos o tema de Movimentos Sociais, os meios explicativos sobre o surgimento destes vem sendo desenvolvido ao longo dos anos, gerando grandes teorias e estudos sobre os Movimentos Sociais. Entretanto, pouco ainda se conhece sobre os efeitos dos Movimentos dentro das organizações, sociedade civil e Estado. Isso se dá face ao número limitado de pesquisas que procuram entender a capacidade do Movimentos de provocar mudanças, impactos e estímulos através das conexões e redes que esta possui. Diante destas preocupações e de acordo com Carlos (2015), o movimentos social é definido “como coletividades formadas por uma pluralidade de atores sociais, individuais e organizacionais ligados em modelos de interação, com base em identidades compartilhadas construídas mediante relações de conflito e cooperação” (DIANI, 2003 apud CARLOS 2015, p. 84).

Nessa perspectiva o Movimento Social definitivamente é visto como uma rede de conexões nas quais seus membros passam a se mobilizar perante uma causa. Estas mobilizações e conexões podem ser visíveis, mas por vezes podem não ser visíveis por estar dentro de instituições ou disfarçadas por sua natureza. Apesar da teoria do Processo Político focar a institucionalização do movimento, a grande falha acontece justamente quando aquele movimento, que era estruturado organizacionalmente, passa a ser alterado, desconstituído

ou modificado como uma forma de conseguir atingir o seu meio. Ou seja, tanto os movimentos causam efeitos no Estado, como também estes podem sofrer com os efeitos destes, e isso não é necessariamente uma falha do Movimento, mas sim o resultado de um processo de interpelações na mesa de negociação e na sua conjuntura organizacional, dado que se constituem mutuamente (SCKOPOL, 1992)

Em termos de resultado e a distinção das arenas resultantes de sua confluência dentro do Estado, Tatagiba e Teixeira (2016) explicitam que o mais interessante quanto aos estudos de Movimentos Sociais é a sua capacidade de provocar mudanças. Não obstante, as autoras apresentam o reconhecimento de duas dimensões relevantes que afetam o resultado dos movimentos no domínio público: (a) A estrutura de mobilização dos movimentos no domínio político (organização e repertório) e (b) o contexto (sendo este a estrutura de oportunidades políticas). Segundo as autores existem três modelos explicativos dos resultados dos movimentos: (1) O modelo de efeitos diretos, (2) O modelo de efeitos indiretos e (3) o modelo de efeitos combinados (*joint-effect model*) (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2015, p.86).

O modelo de (1) efeitos diretos apresenta dois tipos de resultado: a) aceitação, o que significa ser aceito pelo processo político como interlocutor político legítimo, obtendo sucesso ao *polity process* e b) vantagens, que se refere aos ganhos que a base e as organizações dos movimentos obtêm com as mobilizações. Alinhados com a Teoria da Mobilização de Recursos, o sucesso depende da capacidade de mobilização. O ponto final desta teoria é que quanto mais organizada a luta, melhores efeitos podem ser criados. Em um sentido geral, movimentos provocam mudança diretamente, contando com eles mesmos, e o contexto no qual a ação ocorre não é mobilizado como dimensão explicativa “relevante” (TATAGIBA e TEIXEIRA 2016). Entretanto, alguns resultados inconclusivos dos efeitos diretos alertaram para a importância de se considerar esse contexto. Ou seja, táticas que funcionavam em um contexto não funcionavam em outros contextos. O estudo do contexto da ação dos movimentos se desdobrou em duas frentes de pesquisa: na análise do papel da opinião pública e das estruturas de oportunidades políticas. Esta atenção gerada quanto ao contexto acabou gerando o (2) modelo de efeitos indiretos e o (3) modelo de efeitos combinados.

No (2) modelo de efeitos indiretos, os movimentos provocam mudanças na política pública de forma indireta ao alterar o contexto no qual atuam. Os movimentos afetam as alianças ou a opinião pública e estas impactam na política pública. Já no (3) modelo de efeitos combinados, a capacidade de mobilização do movimento tem chances de produzir resultados apenas quando combinada a certos fatores. Ou seja, de certa forma para analisarmos o resultado de um movimento social, devemos olhar as interações que este proporciona, seus atores, seu ambiente e seu processo político. Tatagiba e Teixeira (2016) expressam que o desafio passa a ser então compreender de que formas variáveis internas e externas se combinam para gerar determinados efeitos.

Carlos, Dowbor e Albuquerque (2016) atacam um dilema dos movimentos sociais, que é o enquadramento de seus resultados como “sucesso” ou “fracasso”. Isso, pois, os efeitos do movimento não podem ser avaliados em termos absolutos como se fosse único. Ao contrário, os seus resultados e a resposta sobre *como* os movimentos sociais importam advêm de uma interpretação intensa do ambiente político, da organização do próprio movimento e da estrutura de oportunidades que se encontram oficialmente abertas, no caso de um regime democrático e aberto às mudanças ensejadas pelos atores coletivos nas políticas públicas. Assim utilizo a concepção de Amenta *et. al* (2010), que se referem a duas categorias: (i) no nível estrutural, com criação de novos partidos e práticas democráticas, (ii) no nível intermediário, no qual impactos potenciais se referem às mudanças nas políticas públicas. No âmbito brasileiro, isso se reflete através da Constituição de 1988. Santos (2016) explica que com a nova constituição veio um novo quadro institucional, permitindo o legislativo brasileiro reconquistar a autonomia institucional e retomar muitos poderes que haviam sido subtraídos na ditadura, garantindo ainda a participação popular na definição de políticas públicas, através de arenas de participação, como as conferências nacionais. A ação direta da população na propositura, juntamente com o processo de redemocratização foi determinante para o florescimento de associações civis autônomas, que vieram para conquistar as reivindicações de um Estado democrático, com garantias de plena cidadania e novos direitos à população (SANTOS, 2016). Entretanto, este processo de interrelação entre governo e associações civis somente se dá quando ocorre dois processos inter-relacionados. O primeiro é o (i) aumento da participação política em suas diferentes modalidades, seja ele no modelo institucional ou a partir de diferentes tipos de ação coletiva, e (ii) a ascensão de forças políticas de esquerda ou centro-esquerda. Tatagiba (2010) explica que o aumento da

participação política da sociedade civil através de movimentos sociais advém destes dois processos.

Nesta arena democrática, com abertura para a investidura da sociedade civil, tem-se um campo fértil para a observação e o estudo das interações entre movimentos sociais e Estado, principalmente no que tange aos encaixes (SKOCPOL, 1992). E o que se vê são mais do que repertórios da relação sociedade-Estado, mas também ações que circulam fora das instituições, e via instituições, como ocupação de cargos, lobby, mecanismos de responsabilidade, articulação, dentre outros (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2016). O olhar dicotomizado, aquele que segrega as formas de interações dos movimentos com o Estado, acaba por dificultar a observação da diversidade de repertórios e limitar os tipos de observação. Carlos, Dowbor e Albuquerque relatam que não parece haver proposições concretas para avaliar como a estrutura de mobilização das coletividades se combinam com as características formais e informais do contexto político e criam as condições que favorecem os impactos dos movimentos. Tatagiba e Teixeira também enfatizam este olhar menos dicotômico quando relatam o seu objeto de estudo quanto aos movimentos de moradia a partir de uma visão dinâmica dos resultados, dos quais ganhos e perdas também compõe o contexto de interação e como consequência, moldam os resultados, não somente resultados como *outputs*, mas *inputs* para novas disputas (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016, p. 89-90).

Nestas interações dos quais se encontram em um nível meso de análise, é interessante avaliar a transição e o padrão de intersecção dos movimentos com o Estado impulsionado pelo “transito Institucional” de militantes para agências governamentais, em processos mediados por partidos políticos de esquerda (SILVA e OLIVEIRA, 2011). Neste contexto, o Estado pode sair da posição de opositor para uma agenda pró-movimento dentro dos canais de mediação, se tornando, até mesmo, originador de movimentos.

Capacidade Estatal e Movimento LGBT

As interações entre o Movimento e o Estado geram um ambiente de fluxo contínuo, na qual estruturas de oportunidade, gestão de movimentos e outras variáveis acabam por criar uma zona de confluências. Assim da mesma forma que analisamos se os movimentos têm a capacidade de se mobilizar, também analisamos se o Estado tem a capacidade de receber e entender as demandas do movimento. Quando nos referimos a capacidade estatal, estamos

falando da capacidade que o Estado tem de gerir e produzir políticas públicas frente as demandas de movimentos sócias e sociedade civil. Muito se fala em mecanismo e movimento, mas pouco é mencionado sobre como o Estado lida com estas demandas, produzindo “encaixes” ou políticas receptivas a um estímulo externo, ou ainda pode este estar relacionado com sua administração interna. Pires e Gomides (2016) explicam que a noção de arranjos institucionais pode ser mobilizada como estratégia analítica para lidar com a complexificação dos processos de produção de políticas públicas.

Lidar com a capacidade estatal implica em entender as configurações de arranjos institucionais específicos com base nas iniciativas das ações da sociedade civil e movimentos sociais que interagem diretamente com o Estado. Basicamente, lidamos com dois níveis de conceitos em análise: (1) a manutenção da ordem dentro de uma instituição estatal. Este conceito se encontra em um nível mais amplo, aonde tratamos da manutenção da soberania, administrando um aparato coercitivo que é o dever de Estado em regular um sistema burocrático. Nesta amplitude, surgiram os primeiros estudos de capacidade estatal dedicados a análise de processos históricos de construção do Estado (PIRES e GOMIDES, 2016, p. 123), gerando processos de justificação de como Estados emergem, gerenciam conflitos internos e transformam suas sociedades e economias. Em um segundo nível de estudos, procura-se refletir sobre as capacidades que os Estados possuem (ou não) para atingir, de forma efetiva, os objetivos que pretendem por meio de suas políticas públicas, como a provisão de bens e serviços públicos. Podemos entender que é o Estado em ação, ou seja, sua capacidade de identificação, coordenação e implementação dos objetivos definidos ao Estado por meio de negociação com as sociedades civis ou movimentos sociais.

Em todos os níveis, falar em capacidade estatal é falar em “governança”. Isso significa abordar as possibilidades de configurações a partir de três matrizes: (i) hierarquia, (ii) mercado e (iii) rede. Quando falamos em (i) hierarquia, mencionamos princípios de integração dos quais vai demandar uma coordenação de imposição de leis e procedimentos impostos pela estrutura organizacional. A estrutura de (ii) mercado retrata a troca de interesses e portanto interações das quais o Estado e a sociedade civil podem se beneficiar mutuamente. A noção de rede sugere uma conexão de dependência, do qual há um compartilhamento de valores, suporte de ações e objetivos. (PIRES e GOMIDES, 2016).

Dentro desta coesão entre Estado e Movimento LGBT, ao abordar o movimento em suas ações, são enfáticas ao segregar a “Macropolítica” como um ator que não compreende e valoriza a “Micropolítica”, ou seja, o movimento. Dentro destas duas perspectivas, o Estado, considerado o “Macro”, é geralmente caracterizado por ver o movimento como falho, desunido e principalmente desorganizado com relação a sua interação com instituições estatais de forma geral. Assim, por inúmeras vezes, ao se posicionar como “Micro”, o movimento LGBT acaba por constituir uma visão de desorganização, ou ainda como um movimento que se encontra dentro da visão polarizada, aonde para que este seja considerado movimento, deve se constituir de massa unida dentro do mesmo ideal, e com repertórios idênticos ou, ao menos, similares. Esta visão acaba por ocultar que por vezes o movimento não é único ou homogêneo não porque este não o quer, mas porque sua constituição é formada por grupos com perspectivas completamente diferentes entre uns e outros. Se fossemos apresentar categorias do movimento LGBT, estaríamos aqui escrevendo vários volumes de um livro.

Os efeitos políticos do movimento LGBT na política pública de direitos humanos é plenamente conhecido para alguns e desconhecidos para outros dentro do movimento LGBT. Isso porque por vezes esses efeitos não são vistos como resultantes de uma interação entre o movimento e o Estado, mas sim como fruto de relações interpessoais ou ainda, como de iniciativa estatal, como se o Estado possuísse um interesse em criar políticas quanto a diversidade sexual de forma a manter um eleitorado fiel. Portanto é necessário estudar as interações do Movimento com o Estado de forma a responder como estas políticas surgem, se são derivadas do movimento, ou se são direcionadas pelo Estado, ou ainda se há uma correlação entre eles e em qual grau. Como o movimento é percebido dentro da agenda estatal, e quais são as adaptações que o Estado deve desenvolver para abraçar ou empregar estas políticas de diversidade. Ou seja, estudar o movimento *per se* não responde a pergunta como o movimento consegue produzir política pública mesmo com tantos conflitos internos, ou a sua relação conflituosa com a esfera pública, ainda que seja parte desta resposta.

Assim é pertinente verificar como o movimento consegue produzir políticas utilizando as estruturas de oportunidade política oferecida pela esfera pública. Neste âmbito será demonstrado o sistema de interação do Movimento LGBT com o Estado no Espírito Santo, através da SEDH como parte da burocracia estatal e o movimento que atua junto ao Estado em defesa de demandas de diversidade sexual oriundas da sociedade civil desde 2011.

Também é pertinente entender se o Estado tem proporcionado, como forma estratégica, uma capacidade de gestão perceptível ao movimento. O debate sobre a aceitação das relações homo afetivas e suas diferenças tem sido um foco de conflito social que, por muito tempo, foi ignorado face a dominação religiosa do Estado político, com exceções à regra. A temática LGBT somente passou a se tornar relevante em termos políticos a partir do momento que os membros da comunidade dita “gay” passou a exigir o direito de base do exercício da cidadania e a liberdade de expressão social, cultural e sexual, iniciando-se a inclusão do movimento na revolução sexual que se iniciou a meio século atrás, juntamente com o movimento feminista, e outros movimentos que eram considerados contraditórios a base social.

Este levante se deu através da contracultura politizada face à criminalização social que homossexuais enfrentavam em uma sociedade factualmente conservadora. Esta reação de mobilização social e política está completamente atrelada ao estudo da política cultural, uma vez que permeia sobre os destinos de uma coletividade e a sua capacidade de comportar-se socialmente. Feijó expressa que “(...) na década de 70 ganharam destaque o movimento das “minorias” (...) e todos eles manifestando-se pela *cultura* para defender uma *política* de respeito aos seus direitos” (FEIJÓ, 1985). A defesa dos movimentos sociais destas minorias sempre permeou a questão da necessidade de exercer a sua cidadania plena sem a imposição social por gênero, raça, cultura ou religião.

A partir do momento em que indivíduos passaram a se unir de forma a exigir o exercício da cidadania, criou-se a necessidade de oficializar uma forma de representatividade para que esta possa levar o mesmo clamor da exigência em uma esfera mais formal e legítima. Facchini (2009) relata que no Brasil esta forma de representatividade passa a se desenvolver na década de 1980, aonde os modos de atuação dos grupos LGBT formados passam a atuar de forma mais pragmática voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e as violências dirigidas aos homossexuais.

O crescimento organizacional do movimento LGBT evoluiu de uma forma extraordinária, este crescimento do movimento LGBT e sua estabilização como um modo de mobilização social no âmbito político hoje se encontra com ampla visibilidade social. Facchini explica que “A ampliação da visibilidade social se dá basicamente pelo debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; pela adoção da estratégia da *visibilidade massiva* através da organização das Paradas do Orgulho LGBT; e pela incorporação do tema de um modo mais

“positivo” pela grande mídia, seja pela inserção de personagens em novelas, seja em matérias de jornais ou revistas que incorporam LGBT como sujeitos de direitos” (FACCHINI, 2009).

Entretanto, o foco político do movimento LGBT tem sido voltado para o uso de defesa de uma “minorias sexual” que não é contemplada em políticas existentes. Esta construção política do movimento persevera na ideia de “identidade estratégica”, tornando excludente a possibilidade de representação de outras formas de homossexualidade a não ser aquela que se encontra de certa forma massificada, não representando de forma adequada a necessidade inerente de cada grupo componente do Movimento LGBT. Isso porque estes grupos possuem variáveis singulares e pela sua própria maneira podem não querer ser representado, e ainda assim, precisar de liberdade para o exercício de sua cidadania. A aplicabilidade então do movimento político em impor uma “identidade estratégica” se torna falha por não levar em consideração a identidade cultural de cada grupo, bem como a sua integração na sociedade civil. E por tentar generalizar a “identidade estratégica” como um fator coeso da comunidade, a representação política do movimento acaba por perder a legitimidade de ação pela própria comunidade LGBT. Obviamente, unificar a visão do diferenciado é estigmatizar sua legitimação como se todos do grupo fossem inteiramente rejeitados socialmente, quando na verdade, não vai ser a imposição de uma “identidade estratégica” que vai acelerar a sua aceitação, mas sim a garantia de exercício da cidadania plena.

Ao mesmo tempo, por justamente não possuir uma “identidade estratégica”, várias identidades e formas de repertório irão desenvolver dentro da amplitude da seccionalidade do movimento, pode se mostrar inclusive contrário no que tange a institucionalização dos padrões de conquista, tornando-se movimentos culturais e que se associam com características mais correlacionadas com a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Silva (2010) especifica que os estudos da TNMS conferem grande centralidade a identidades como conceito-chave para análise dos movimentos sociais, entretanto demonstram fragilidade ao apresentar um modelo analítico sobre os processos de identificação subjacentes as ações coletivas. A TNMS também é conhecida pela presença de uma abordagem marxista-estrutural, cujo o foco é explorar os efeitos dos movimentos sociais na geração de mudanças sociais e política em nível macro. Ou seja, em um movimento aonde identidades e repertórios culturais são expostos, há uma grande chance de estes não estarem inseridos dentro da cadeia estrutural da política pública no que tange a capacidade estatal.

Metodologia

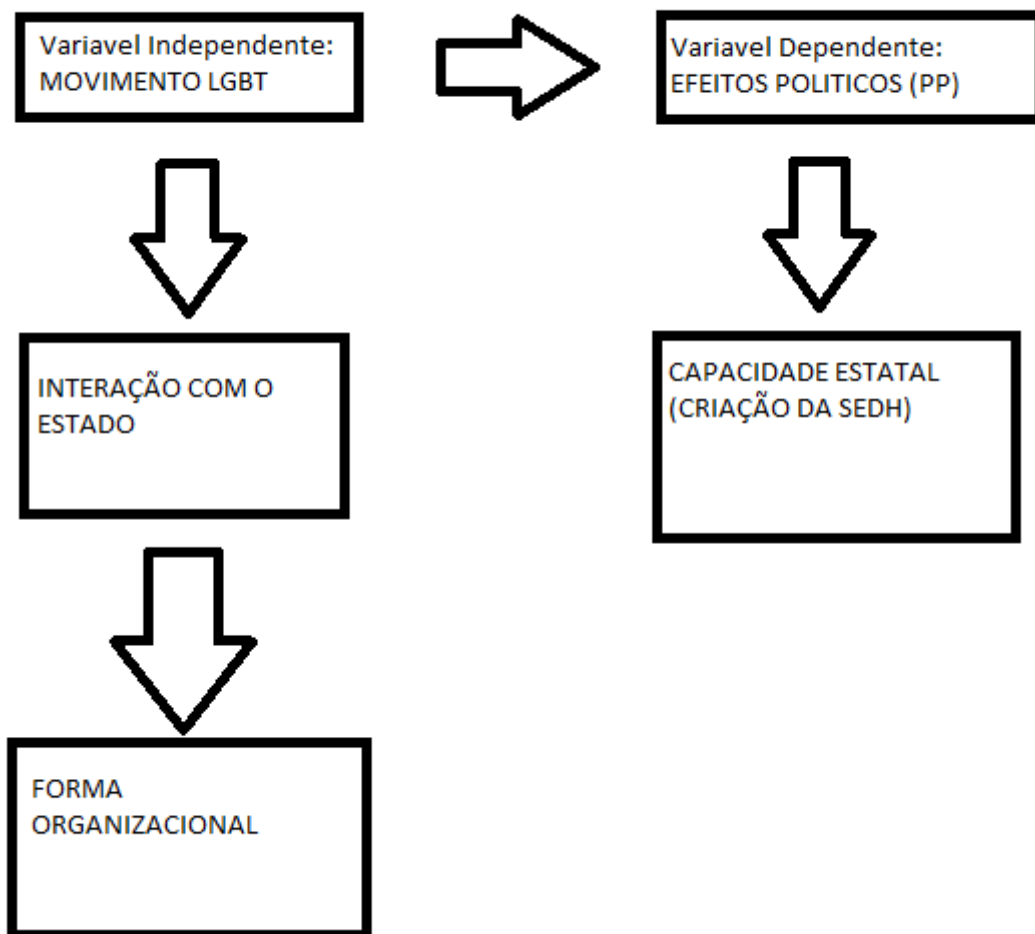
Considerando esta abordagem analítica, o desenho de pesquisa implica em investigar como o movimento LGBT interage com o Estado e seus efeitos políticos, a partir da investigação de variáveis destacadas anteriormente na seção de metodologia. Estas duas variáveis em conjunto podem demonstrar como o Estado tem reagido às demandas do movimento LGBT no estado do Espírito Santo. A primeira variável enfatizada é a independente.

A ideia desta pesquisa é buscar nesta variável como o movimento tem realizado interações com o Estado, definindo sua forma organizacional. Para trabalhar nesta variável, pretendo estudar o movimento e suas interações formais e informais com atores estatais. Como a conjuntura estadual de interação movimento-Estado é relativamente nova, pressupõe-se a existência de uma estrutura organizacional de interações antes da oficialização da SEDH.² Assim sendo, será necessária uma investigação documental nas associações civis correlatas à temática que atuam diretamente com o Estado, bem como a aplicação de entrevista semiestruturadas de forma a entender as conexões dentro do movimento e como esses criaram laços com o Estado. A ideia desta investigação é demonstrar esta interação ao longo de um espaço temporal.

Isso nos leva a nossa variável dependente, que são os efeitos políticos, ou seja, as políticas públicas produzidas pela interação entre o movimento e o Estado. Estas políticas públicas levam como consequência histórica a criação da SEDH, assim como a outras formas de políticas e programas que podem ou não estar vinculados a secretaria em sí, mas que derivam desta interação. Esta variável então é diretamente conectada ao objeto de pesquisa, constituindo ao mesmo tempo a hipótese a ser verificada. Para verificar esta correlação, pretendo levantar as políticas públicas que foram produzidas pela SEDH de forma a entender como elas surgiram, realizando um retrospecto investigativo de forma a entender o processo evolutivo destas políticas desde seu surgimento no movimento até a sua oficialização no Estado.

A estrutura de análise deste trabalho é a seguinte:

² Tem-se como data aproximada do início das interações do movimento LGBT com o Estado o ano de 2011, tendo sido a SEDH criada em 2016.



Nesta discussão, a teoria do *contentious politics* será articulada aos estudos sobre os efeitos políticos dos movimentos sociais, tendo em vista o propósito maior de analisar a interação entre movimentos e Estado e seus efeitos políticos. O contexto histórico comparado com seus modelos de séries de tempo acabam por se tornar uma forma prática para a apresentação de como o movimento exerce influência sobre a criação de Políticas Públicas (PP). Como mencionado antes, para fazer um modelo convincente, deve-se demonstrar que *challengers* mudaram os planos e agendas de líderes políticos. Neste plano será demonstrado que a criação da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e Gênero da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) do estado do Espírito Santo, em sua forma de organização e de interação com o Estado é fruto de uma agenda de interação entre as organizações que compõem o movimento e o Estado.

Como mencionado anteriormente, a data de pesquisa será o período da gestão do governador Casa Grande (t0), deste seu início em 2011, através da criação da Secretária Estadual de Assistência Social, e a preparação para a criação da SEDH, até a criação da mesma (t1) e finalmente com a SEDH juntamente na administração Paulo Hartung, quando é específica o *momentum* em que o Estado começa a produzir leis que visam atender os repertórios do Movimento LGBT (t2). A coleta de dados junto à SEDH pretende fornecer pistas para entender (a) como organizações passaram a interagir com o Estado, (b) quais são as organizações que possuem esta interação, e (c) como estas organizações são formadas. O *process tracing* permite que seja verificado, através do tempo, uma apresentação de atuação do Movimento LGBT, dentro de suas organizações na sociedade civil, interagindo com o Estado, justificando sua capacidade estatal face ao momento político e contexto social, apresentando um estudo de caso ao longo do tempo. Entretanto, enquanto a apresentação desta construção será na ordem de t0 a t2, a investigação deste será no critério de t2 a t0, realizando uma verificação através do processo temporal do que foi estabelecido, e para esta tarefa será importante analisar os documentos que mostram alterações do movimento para a sua adaptação à interação com o Estado. Assim, o objetivo é justamente estabelecer o delineamento de um processo social e a ligação deste a fatores envolvidos, por meio de análise crítica.

Referência Bibliográfica

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. 2011. **Movimentos Sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, N° 28, P 52-84

AMENTA, E., et al. "Challengers and States: toward a political sociology of social movements". **Sociological Views on Political Participation**, vol. 10, 2002, p. 47-83.

AMENTA, E., et al. "The political consequences of social movements". **Annual Review of Sociology**, vol. 36, p. 287-307, 2010.

CARLOS, Euzeneia. 2015. **Movimentos Sociais e Sistema político nas Teorias dos Movimentos Sociais**. Interseções, V.17, N° 1, p 15-53

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. 2016. **Os movimentos sociais afetam as políticas públicas? Respostas (não) encontradas nas principais abordagens.** Anais: Belo Horizonte: 10º Encontro ABCP, 30 ago – 2 set

CARLOS, Euzeneia. 2015. **Movimentos Sociais e Instituições Participativas, Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva.** RBCS Vol. 30, Nº88, p 83- 99

FACCHINI, Regina. **"Entre compassos e descompassos: um olhar para o 'campo' e para a 'arena' do movimento LGBT brasileiro"**. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009.

FEIJÓ, Martin Cezar. **"O que é Política Cultural."** Ed. Brasiliense, 2ª ed.1985

KRIESI, Hanspeter. 2009. **Charles Tilly: Contentious Performances Campaigns and Social Movements.** *Swiss Political Science Review* 15(2): p 341- 349

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Comparative Perspectives on Contentious Politics.** In LINCHBACH, Mark; ZUCKERMAN, Alan (eds.) *Comparative Politics: Rationality, Culture, and Structure: Advancing Theory in Comparative Politics.* Cambridge. 2007

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention.** Cambridge, 2001

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. 2009. **Para mapear o confronto político.** *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, pp.11-48. ISSN 0102-6445.

MACHADO. **Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

MARQUES, Vera Lúcia; D'AVILA, Paulo. 2010. **O movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, Nº3, p 79-111

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. 2010. **Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, Nº3, p 49-77

PIRES, Roberto Rocha; GOMIDE, Alexandre Avila. 2016. **Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais**. Revista de Sociologia e Política, V. 24, N°58, p 121-143

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. 2010. **Levante juventude, juventude é para lutar: Redes Inter-pessoais, esferas da vida e identidade na constituição do engajamento militante**. Revista Brasileira de Ciência Política, N°3, p 23-48

SILVA, M. K. . 2010. **De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol 46, N. 1, p. 2-9, jan/abr 2010

SKOCPOL, T. **Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992, p.38-60.

TATAGIBA, Luciana. **Desafios da Relação entre Movimentos Sociais e Instituições Políticas. O caso do movimentos de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões**. Colombia Internacional 71, janeiro a junho de 2010, p 63-83;

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários**. Revista de Sociologia e Política, Vol.24, N°58, p. 85- 102

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious politics**. Boulder, Colorado, Paradigm Publisher, 2007;

TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge University Press, 2008;

TILLY, Charles. 2010. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, N°3, p 133/160;

TREVISAN, João Silvério. **“Ser ou não ser homossexual” in Devassos no Paraíso**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2002;